



NOTAS SOBRE A QUESTÃO DA REFERENCIAÇÃO¹

NOTAS SOBRE EL TEMA DE LA REFERENCIACIÓN

Sirio Possenti²

Jornalistas farão curso para aprender que “jovem morador de Copacabana” pode ser chamado de “ladrão” (*Sensacionalista*, veiculado nas redes sociais).

Resumo: O trabalho de certa forma pretende provocar uma polêmica em torno da questão da referenciação. Vista do ângulo da análise do discurso (AD), a teoria parece apresentar uma interessante visão da relação entre as palavras e as coisas. Mas há conceitos definidos de maneira tal que não poderiam ser incorporados ou adotados pela AD, entre os quais discurso, objeto de discurso e negociação. Além disso, este trabalho considera que o adversário teórico (a tese do espelhamento) já não está mais no campo. Finalmente, tenta mostrar que a seleção de dados “inocentes” facilita a sustentação das hipóteses, e que a consideração de outros dados as colocaria em xeque.

Palavras chave: referenciação, objetos de discurso, negociação.

Resumen: Este trabajo, en cierto modo, pretende provocar una controversia en torno a la cuestión de la referenciación. Vista desde el ángulo del análisis del discurso (AD), la teoría parece presentar una visión interesante de la relación entre las palabras y las cosas. Pero hay conceptos que no podrían ser incorporados o adoptados por la AD, como discurso, objeto de discurso y negociación, tal como definidos. Además, este trabajo considera que el adversario teórico (la tesis del *mapping*) ya no está en el campo. Finalmente, se intenta mostrar que la selección de datos “inocentes” facilita la sustentación de las hipótesis, y que la consideración de otros datos las pondría en jaque.

Palabras clave: referenciación; objetos de discurso; negociación.

INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos do século XXI, uma ideia se espalhou no Brasil como um rastilho de pólvora (para empregar um clichê estável...): a da referenciação. Fez adeptos basicamente entre os linguistas do texto, mas foi além, chegando às gramáticas (ver Azeredo (2021, p. 96-97)

Lembro que, quando li os primeiros textos, achei que havia neles uma questão que os analistas de discurso deveriam discutir, não necessariamente para demarcar de novo as diferenças com teorias do texto, mas para refinar o limite. É que se empregavam determinadas palavras, ou sintagmas, que parecia que os analistas de discurso deveriam

¹ O autor agradece aos diferentes pareceristas pelas diferentes sugestões oferecidas.

² Professor titular no Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, SP, Brasil. siriopossenti@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3358-4984>

adotar, nomeadamente “objetos de discurso” (talvez mesmo “referenciação”), sintagma que, de certa forma, resume a teoria. É que, para ela, as “coisas” de que os discursos falam não são as coisas (como se elas preexistissem ao discurso), mas são objetos construídos pelo / no discurso, são “objetos de discurso”. Parecia Michel Foucault! Soava ao longe o riso irônico que o atacou quando soube de uma certa enciclopédia chinesa.

Mas, lendo outras passagens dos textos, parecia então que não havia nada de foucaultiano, mas, aparentemente, encontros de pessoas conversando sobre temas mais ou menos cotidianos, e, claro, construindo textos nos quais não só ocorriam palavras que se referiam (referenciavam?) a coisas, mas nos quais as “coisas” eram “construídas”. Nunca escrevi nada sobre a questão, que, em tese, deveria ser debatida, não simplesmente aceita, como parece que foi, diria que fervorosamente, ou desconhecida, talvez desdenhosamente. Como disse, nunca escrevi sobre o tema (para tentar publicar), mas falei sobre ele em diversas comunicações e mesas redondas. Neste pequeno texto, comento três ou quatro questões que sempre me ocorrem ao rever a referida questão.

As questões são: a) para muitos, uma língua espelha as coisas, e a teoria da referenciação vem para propor outra visão; b) a questão dos “objetos de discurso”, em especial pela palavra “discurso”; c) a tese da negociação dos objetos de discurso, ou da referenciação. Além disso, parece relevante comentar a natureza dos dados considerados.

Há aspectos da teoria que são perfeitamente defensáveis, se lidos literalmente, mesmo a partir de outros pontos de vista. Apenas demandariam certas especificações.

As teses centrais do texto fundador (Mondada e Dubois, 2003) são: a) não há um mundo exterior à língua (ou ao discurso) e, conseqüentemente, a língua não o espelha, isto é, não há referência em sentido estrito; b) o que há é referenciação, que é construída na interação; c) a referenciação é efeito / resultado de uma negociação entre interlocutores (p. 20).

Um dos problemas da teoria é a ambigüidade de alguns termos, especialmente de “discurso” (mas também de processo discursivo) ou sua vagueza (como negociação). Compreendida em um quadro alternativo, não “pragmático”, a tese de que “os objetos do mundo” são construídos no discurso poderia ser facilmente adotada, por exemplo, por analistas do discurso da tradição francesa, especialmente por foucaultianos, porque leriam “objetos de discurso” e “processo discursivo” em outra chave, diferente da implícita na teoria. Poderiam adotar a palavra, mas não o conceito. Abaixo, considero brevemente os três aspectos mencionados.

SOBRE ESPELHAR O MUNDO

A questão central da teoria parece ser o “fato” de não haver referência a objetos prévios ao discurso. Imagino que a tese não significa que não se fale “de coisas”, mas apenas que tais coisas não pré-existem ao discurso, já que são construídas nele e por ele. Por isso, referir é uma ação, e o termo “referenciação” dá conta desse fato melhor do que “referência”.

Creio que “as coisas não pré-existem ao discurso” é uma afirmação que não deve ser entendida como sustentando que não existem coisas, mas apenas que elas não são espelhadas como tais pela língua e sim tratadas assim ou assado pelos discursos, nos quais são construídas de modo tal ou tal e não de outro modo pelas expressões da língua em eventos discursivos. Ou seja: não se trata de negar o mundo, trata-se de negar que as línguas o espelhem ou desvelem enquanto tal.

Meu comentário a esta tese é que ela é desnecessária (ou que deveria ser formulada de outra maneira). É desnecessária porque há bastante tempo foi substituída, se é que um

dia foi aceita como tal, por outras alternativas. Por exemplo, quando o leitor de Saussure (2016) se depara com sua tese sobre o valor, ele aprende (ou não?) que a concepção do signo como tendo uma dupla face, significante e significado, não é toda a doutrina do autor sobre o signo. Isso porque, diz ele, esse signo é também a “contraparte dos outros signos da língua” (p. 133). Logo antes afirmara que não considerar o valor dos signos seria reduzir a língua a uma nomenclatura – uma lista de palavras correspondendo a uma lista de coisas (parece bem a tese que está sendo tardiamente negada pela tese da referenciação). Um exemplo deve ser suficiente, e ele o fornece: “o português *carneiro* o francês *mouton* podem ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor (...), porque ao falar de uma pequena porção de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz *mutton* e não *sheep*” (p. 134).

Os exemplos podem ser multiplicados, mas bastaria a menção aos diversos sistemas de parentesco e aos sistemas das cores para deixar de considerar, em certos debates, a tese de que as palavras espelham as coisas. Menciono esses dois exemplos porque eles ilustram, em todas as introduções à linguística, a tese do não espelhamento, mas, ao contrário, que a língua é “dependente” da cultura. Dito de outra forma, entre as palavras e as coisas há uma cultura. A relação não é direta.

Assim, parece que se deve ler qualquer linguista ou filósofo que aceita ou prega que uma língua cartografa a realidade como significando que cartografa uma realidade tal como culturalmente concebida: a palavra tal na língua tal refere-se a um objeto (concebido como) tal³.

Dado isso, penso que a teoria da referenciação poderia ser proposta sem apresentá-la como alternativa a uma tese suficientemente descartada.

CONCEITOS AMBÍGUOS

Pelo menos três conceitos são problemáticos. Um é o de discurso. Uma série numerosa de passagens de alguns dos textos sobre referenciação dá a entender que discurso equivale ao que se diz em uma interação ou em um texto. Uma prova disso, entre tantas, é a seguinte passagem de Marcuschi (2005). O autor está analisando um excerto no qual aparece a sequência “uma família que *vai a uma ilha*”, seguida, no período seguinte, por “... foram ver como estava *o barco*”. A propósito dessa palavra, diz o autor que é uma expressão referencial *nova nesse texto* (meu negrito); mas antes dissera que uma das estratégias endofóricas é a ativação de referentes *novos*, sem especificar se isso ocorre em um texto ou em uma cultura ou época. Para alívio do leitor, explicita que isso ocorre em um texto preciso, que equivale a uma conversa, ou seja, não ocorre em um discurso no sentido de processo histórico⁴. Parece claro que este deveria ser o quadro discursivo evocado, pois a relação entre *barco* e *ir a uma ilha* (sabendo-se que uma ilha é cercada de água e que barcos navegam, etc.) é tão velha quanto a arca de Noé. Portanto, a ocorrência de tal termo não é efeito de uma negociação na interação (comentarei isso abaixo).

Na página seguinte, o autor declara: “partindo da premissa de que as referências textuais são construídas no processo discursivo (o que poderia enganar uma analista do discurso - nota minha) e de que muitos referentes são *objetos-de-discurso*...”⁵. Este

³ Ver Eco (2007, p. 95 e ss.) sobre a impossibilidade de traduzir *chaumière* para o italiano em uma palavra.

⁴ No sentido que se dá a essa expressão na AD dita francesa, mais claramente em Foucault.

⁵ Cito Marcuschi para homenageá-lo, até porque sobre isso conversamos muito. Mas essa concepção pode ser facilmente encontrada em qualquer dos textos sobre o tema.

excerto deixa claro que não se trata de um processo discursivo no sentido de processo histórico, mas de uma interação ou equivalente.

Os analistas de discurso franceses reconhecem frequentemente que “discurso” é uma palavra equívoca, podendo referir-se tanto a uma ocorrência (uma fala, um diálogo, um pronunciamento, uma participação em um debate) quanto ao resultante de um processo histórico (tipicamente, de duração bastante longa, em geral, um arquivo, uma pletora de textos e de falas proferidas na mesma posição enunciativa).

Um exemplo do primeiro sentido de discurso pode ser qualquer fala, mas também o pronunciamento de um governante, isolado de discursos anteriores dele mesmo, típicos de um partido (ex.: no discurso de ontem, Fulano sustentou que...). Exemplos do segundo sentido podem ser “o discurso cristão / comunista / fascista / liberal; científico, sociológico, psicanalítico...”, isso é, uma formação discursiva ou um campo, que se retoma constantemente e que, por isso, se reconhece⁶.

No primeiro caso, a tentação de psicologizar o evento é grande. Decorre disso a possibilidade de sustentar que um falante (ou dois) constroem objetos de discurso em uma situação “discursiva”.

Mas, considerando o segundo sentido, a análise muda completamente, porque todos os “objetos de discurso” que aparecem nos discursos (nas falas) *pré-existem* a este discurso (seja ele político, científico, religioso etc.; trata-se de objetos como igualdade, pobreza, investimento / loucura, distúrbio, otite, vírus, bactéria / graça, salvação, pecado, oração...).

Para mostrar que as mesmas palavras podem remeter a discursos diversos⁷, o exemplo seguinte é ilustrativo. Em Foucault (1969, p.56) há uma passagem que pareceria dar lastro à teoria da referenciação, não fosse ele um autor que está do outro lado:

As palavras e as coisas é o título - sério - de um problema; é o título - irônico - do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como *práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam* (ênfase minha). Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazemos é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Esta passagem poderia ser lida (desconsiderando o restante do livro e as obras anteriores e posteriores de Foucault) como se os objetos fossem construídos na interação. Bastaria ler “práticas” como “conversações / textos”, por exemplo, e “que formam” como “que constroem”. Mas, para Foucault, essas práticas são históricas, associadas a dispositivos, como o discurso médico e o jurídico, por exemplo. É por meio das práticas médicas que se define e redefine o que é loucura, doença, homem violento, ou seja, aquilo a que estas palavras se referem nos referidos discursos.

Assim, ele diria (e gostaria que qualquer um de nós dissesse) que entre as palavras e as coisas não está uma interação, uma negociação, mas uma cultura (que explica casos como *mutton*, as cores, os parentescos) ou um discurso, isto é, uma formação discursiva (que explica prisioneiro/terrorista⁸, genocida, fascismo, populismo, ditador).

⁶ O próprio jornalismo adotou esse sentido, que aparece em expressões como o “discurso do governo”, “o discurso ambientalista” ou “o partido X mudou seu discurso”.

⁷ Que uma palavra pode ter mais de um sentido e que palavras diferentes podem ter o mesmo sentido é uma tese da AD (o que, aliás, os dicionários o atestam...).

⁸ Ver retomada desses casos abaixo.

Alternativamente, pode tratar-se de um campo (que explica vírus, molécula, gene, próton, chip...).

Outro conceito problemático é o de construção de objetos de discurso. Os objetos não são dados *a priori*, sua construção (isto é, a denominação e categorização dos objetos) é intersubjetivamente negociada (Mondada e Dubois 2003, p. 23). Não são consideradas “em relação direta com o mundo, mas como processos que se desenvolvem *no seio das interações individuais* (ênfase minha) e sociais com o mundo e com os outros”.

Se tais construções forem consideradas em processos históricos, como é mais claro nas ciências do que na vida cotidiana, a tese é bem aceitável. Seria necessário especificar o que é individual e o que é social nesse processo. Mas parece claro que, ao fundo, estão o velho princípio de cooperação griceano e uma sociedade pacífica na qual os indivíduos têm papel preponderante, e não os processos históricos, eventualmente “desconhecidos” dos próprios atores (e locutores). E nada pacíficos ou negociáveis.

O terceiro conceito problemático é negociação. Veja-se: as práticas não são imputáveis a um sujeito abstrato etc, “mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações...” (Mondada e Dubois (2003, p. 20). Mais: “referenciação concebida como uma construção colaborativa de objetos de discurso... emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas” (idem, p. 35)... “ao longo do tempo de enunciação em que fazem a referência” (p. 34). Tenho impressão que se deve ler essas passagens como referindo-se a trocas entre falantes em contextos mais ou menos bem definíveis, comparáveis aos evocados pela pragmática. Se assim for, demarca-se claramente uma diferença entre essas construções e as que resultam de processos históricos, eventualmente de longa duração.

OS DADOS

Mondada e Dubois (2003, p. 26-7) afirmam: “quer se trate de objetos sociais ou de objetos “naturais”, observa-se que o que é habitualmente considerado como um ponto estável de referência pode ser “deategorizado”, tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista”.

Esta afirmação faz parte dos argumentos, ilustrados com dados, que mostram que a tese do mapeamento das coisas pela língua não resiste aos fatos. Mas me pergunto se isso não é puro Frege. Ou seja, não só Saussure, não só as teorias sobre a relação língua / cultura, não só as questões suscitadas pela tradução etc. levaram ao abandono da tese, mas até mesmo um lógico se deu conta disso. Em outras palavras: a tese da referenciação, neste aspecto, e sem esse nome, é de fato uma tese antiga e consensual.

Possenti (2014) sustenta que cada teoria escolhe dados que a sustentem claramente, pelo menos em seu início. Penso que a teoria da referenciação faz o mesmo. Seleciona dados orais “pacíficos” ou dados escritos ideologicamente neutros, que permitem mais facilmente defender que a referenciação aos objetos de discurso pareça clara e evidente. E negociada. Esta palavra ora tem sentidos claros, ora remete a pouco mais que uma interação não violenta, digamos. Por exemplo, Mondada (2005)⁹ analisa uma quase aula na qual determinados aspectos da anatomia são objeto de identificação. Embora se possa duvidar que se trate de verdadeira negociação (o cirurgião chefe, em algum momento, imporá seu “saber”...), a interação entre os membros da equipe cirúrgica pode dar a entender que sim. Mas não se trata de uma negociação como as dos diplomatas (ou dos relatores de projetos de lei ou mesmo de regimentos de faculdades) que às vezes

⁹ O título do trabalho é um excelente resumo (ver nas referências). Note-se que inclui a palavra “referência”...

passam uma noite para escolher uma palavra (eliminação VS diminuição progressiva de combustíveis fósseis). Ou mesmo de discurso ideológicos, nos quais frequentemente não se passa nem perto de uma negociação, qualquer que seja o sentido dessa palavra. Por exemplo, considerar alguém genocida ou fascista.

Comento brevemente alguns dados que recolhi por meios diversos, como este, na abertura de uma fala pública sobre medicalização¹⁰ (de cuja autora me esqueço): “*não gosto do termo “comportamento”; prefiro “modos de lidar com os outros / com a vida”*. Tais termos, ao contrário de Estrela da Manhã e Estrela da Tarde em relação a Vênus, não são “apenas” outros modos de apresentação de uma coisa; são uma forma de pôr em xeque toda uma teoria psicossocial. A autora da frase parece não estar negociando, em nenhum sentido da palavra.

A AD prefere analisar dados sobre os quais não há acordo; pelo menos, acordo “universal”, como parecem sugerir os dados analisados nos dois livros que tratam de referenciação que estão na bibliografia. Por exemplo, no dia 21/04/2023, uma manchete da *Folha de São Paulo* foi “Petista inicia viagem a Portugal sob protestos da ultra-direita”. Logo um cientista político publicou nas redes um comentário no qual criticava a escolha de “petista”, alegando que agora a referida personagem é o “presidente”. Claro que o jornal não retificou sua manchete, porque ela (como a que seria a correta, segundo o crítico) não contém termos que se negociam, não são objetos construídos intersubjetivamente¹¹.

Creio que mais um só exemplo é suficiente para marcar meu desacordo (mas também minha disposição de descobrir o que significa mesmo “negociação”). Um jornal brasileiro publicou uma entrevista com um político palestino, Issa Quarabe, Ministro palestino de Assuntos de Cativos e Libertos¹²: Transcrevo a parte relevante.

PERGUNTA - Palestinos chamam em árabe um homem preso de *cativo* e não de *prisioneiro*. Israel diz que são *terroristas*. Há uma divergência de visões?

RESPOSTA - É claro. Os israelenses não os reconhecem como *prisioneiros políticos*; para eles, são *criminosos*. Como povo, consideramos esses homens *guerreiros da liberdade*. São pessoas que deram a vida pela causa. Nós nos recusamos a tratá-los como terroristas. (*Folha de São Paulo*, 14/04/2013, p. A22).

A palavra “recusamos” mostra bem em que terreno estamos. Parece claro que, em casos como este, a negociação intersubjetiva não tem espaço. Ela só sobrevive em dados pacíficos, que, infelizmente, são os menos relevantes.

CONCLUSÃO

O trabalho defende que a tese da “referenciação” é relevante, que organiza um conjunto de questões com as quais diversas teorias linguísticas, textuais e discursivas se defrontam. Pareceu que a tese confrontada já é muito frágil, e que a alternativa proposta contém alguns conceitos pouco claros (discurso, objetos de discurso, negociação) por um lado, e que, por outro, a teoria parece falha em relação a determinados dados, especialmente os que caracterizam discursos polêmicos.

¹⁰ Que é uma palavra polêmica.

¹¹ Embora se possa alegar que a negociação se dá no interior de cada uma das comunidades ideológicas.

¹² Que nome para um ministério!

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- ECO, U. *Quase a mesma coisa*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2007.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1969.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: Koch, Ingedore *et al.* (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.
- MONDADA, L. e DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: Cavalcanti, Mônica Magalhães *et al.* (orgs). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: Koch, Ingedore *et al.* (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-31.
- POSSENTI, S. A questão do corpus em análise do discurso. In: Cavaleiro, Juciane (org.) *Abralin em Cena Amazonas: estudos linguísticos e literários*. Manaus: FAPEAM / UEA Edições, 2014. p.13-20.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1916.

Recebido: 5/5/2023
Aceito: 20/7/2023
Publicado: 12/9/2023